



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CONSELHO SUPERIOR

Resolução nº 25/CONSUP/IFRO, de 30 de março de 2012.

Dispõe sobre o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Metodologia do Ensino na Educação Profissional, Científica e Tecnológica, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Porto Velho.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008, publicada no D.O.U. de 30/12/2009 e em conformidade com o disposto no Estatuto; considerando ainda o Processo nº 23243.00044/2012-30,

RESOLVE:

Art. 1º: APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Metodologia do Ensino na Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – *Campus* Porto Velho, anexo a esta Resolução.

Art. 2º: Fica revogada a Resolução nº 4/2012/CONSUP/IFRO.

Art. 3º: Esta Resolução entra em vigor nesta data.

RAIMUNDO VICENTE JIMENEZ

Presidente do Conselho Superior
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CAMPUS PORTO VELHO



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RONDÔNIA
Campus Porto Velho

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM METODOLOGIA DO ENSINO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA.

Projeto aprovado *ad referendum* pela Resolução nº 004/2012/CONSUP/IFRO.

Projeto aprovado pela Resolução nº 25/2012/CONSUP/IFRO.

PORTO VELHO
2012

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO	6
1.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO	6
1.2 DADOS DA UNIDADE DE ENSINO	6
1.2.1 Dados da unidade proponente	7
1.2.2 Corpo dirigente da unidade proponente.....	7
1.3 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO.....	7
2 APRESENTAÇÃO DO CURSO	9
2.1 DADOS GERAIS DO CURSO.....	9
2.2 EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO.....	9
2.3 EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ADEQUAÇÃO DO PROJETO.....	10
2.4 DADOS DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO CURSO	10
2.5 JUSTIFICATIVA	11
2.6 OBJETIVOS.....	13
2.6.1 Objetivo geral.....	13
2.6.2 Objetivos específicos	13
2.7 PERFIL DO EGRESSO	14
3 CONCEPÇÃO CURRICULAR.....	15
3.1 METODOLOGIA E RECURSOS DIDÁTICOS	15
3.1.1 Concepção de educação e currículo.....	15
3.1.2 Recursos didáticos.....	16
3.1.3 Relação entre teoria e prática	16
3.1.4 Forma de oferta.....	17
3.1.5 Matriz curricular	17
3.1.6 Avaliação.....	18

3.1.7 Aproveitamento de estudos	21
3.1.8 Certificação.....	22
3.2 PLANEJAMENTO DE ENSINO.....	22
3.2.1 Planos de disciplina.....	22
4 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	22
4.1 LINHAS DE PESQUISA	22
4.2 DESENVOLVIMENTO DO TCC	24
5 PÚBLICO-ALVO	25
6 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR.....	26
6.1 PROFESSORES	26
6.1.1 Índices de qualificação dos professores.....	27
7 ÓRGÃOS DE ACOMPANHAMENTO E DE NATUREZA ACADÊMICA	27
7.1 COORDENAÇÃO DO CURSO	27
7.2 COLEGIADO.....	28
8 SETORES DE APOIO E INFRAESTRUTURA.....	29
8.1 SETORES DE APOIO DO CAMPUS	30
8.1.1 Diretoria de Ensino	30
8.1.2 Departamento de Extensão	31
8.1.3 Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	32
8.1.4 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais.....	32
9 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	34
10 CRONOGRAMA.....	35
11 EMBASAMENTO LEGAL	35
REFERÊNCIAS	37
APÊNDICE: PLANOS DE DISCIPLINA.....	38

Políticas da Educação Profissional, Científica e Tecnológica	39
Psicologia da Aprendizagem.....	41
Metodologia Científica.....	42
Currículo e Educação Profissional	43
Didática e Planejamento de Ensino	45
Avaliação do Ensino e da Aprendizagem	46
Metodologia do Ensino Técnico de Nível Médio	47
Metodologia do Ensino Tecnológico na Graduação	49
Recursos Midiáticos Aplicados à Educação.....	50
Noções de Ética e Relações Interpessoais.....	51
Trabalho de Conclusão de Curso	52
Prática de ensino I	53
Prática de ensino II.....	55
Libras	57
ANEXOS	59
ANEXO 1: CURRÍCULO DOS PROFESSORES.....	60

1 IDENTIFICAÇÃO

Nome do curso: Especialização em Metodologia do Ensino na Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Modalidade: Presencial.

1.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome:	INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA					
CNPJ:	10.817.343/0006-05					
End.:	Av. Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial					
Cidade:	Porto Velho		UF:	RO	CEP:	76.821-002
Fone:	(69) 3225-5045		Fax:	(69) 3225-5045		
E-mail:	reitoria@ifro.edu.br; site: www.ifro.edu.br					

Reitor: Raimundo Vicente Jimenez

Pró-Reitora de Ensino: Silvana Francescon Wandroski

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação: Artur de Souza Moret

Pró-Reitora de Extensão: Marilise Doege Esteves

Pró-Reitor de Planejamento e Administração: Ari Joan Cavalcante dos Santos

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Jackson Bezerra Nunes

1.2 DADOS DA UNIDADE DE ENSINO

Nome:	INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA – CAMPUS CALAMA					
CNPJ:	10.817.343/0006-01					
End.:	Av. Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial					
Cidade:	Porto Velho		UF:	RO	CEP:	76.821-002
Fone:	(69) 2182-8901		Fax:	(69) 3225-5045		
E-mail:	campusportovelhocalama@ifro.edu.br					

Diretora Geral: Mércia Gomes Bessa Coelho

Diretora de Ensino: Gracilene Nunes da Silva

Diretor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação: Carlos Augusto Bauer de Aquino

Diretor de Extensão: Rogério Lima Barreto

Diretora de Planejamento e Administração: Eliane Regina Acácio dos Santos

1.2.1 Dados da unidade proponente

Nome:	Coordenação de Pós-Graduação – DEPESP				
End.:	Av. Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial				
Cidade:	Porto Velho	UF:	RO	CEP:	76.821-002
Fone:	(69) 2182-8921	Fax:	(69) 3212-8912		
E-mail:	depesp@ifro.edu.br				

1.2.2 Corpo dirigente da unidade proponente

Dirigente Principal da Instituição de Ensino						
Cargo:	Diretora Geral					
Nome:	Mércia Gomes Bessa Coelho					
End.:	Estrada da Penal, 4.525, Bloco C, Apartamento 301					
Cidade:	Porto Velho		UF:	RO	CEP:	
Fone:	(69) 8113-5591		Fax:			
E-mail:	mercia@ifro.edu.br					

Diretoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação						
Cargo	Diretor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação					
Nome:	Carlos Augusto Bauer de Aquino					
End.:	Rua Ananias Ferreira de Andrade, 4135 – Casa 2 - Igarapé					
Cidade:	Porto Velho			UF:	RO	CEP: 76.824-380
Fone:	(69) 8416-2303		Fax:			
E-mail:	carlos.augusto@ifro.edu.br					

1.3 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado através da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que reorganizou a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica composta pelas escolas técnicas, agrotécnicas e CEFETs, transformando-os em 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos em todo o território nacional.

O Instituto Federal de Rondônia (IFRO) surgiu como resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia (à época em processo de implantação, tendo Unidades em Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes e Vilhena) com a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste — esta, na época, possuindo 15 anos de existência.

Esta Instituição faz parte de uma rede federal de educação profissional, científica e tecnológica centenária, que teve sua origem no Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo Presidente Nilo Peçanha, através do qual foram criadas 19 Escolas de

Aprendizes Artífices, uma em cada capital federativa, para atender os filhos dos “desfavorecidos da fortuna”, ou seja, as classes proletárias da época.

Marcos Históricos que envolvem o Instituto Federal de Rondônia:

- ✓ 1993: criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste através da Lei n.º 8.670, de 30/6/1993;
- ✓ 1993: criação das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura através da Lei n.º 8.670, de 30/6/1993, que, porém não foram implantadas;
- ✓ 2007: criação da Escola Técnica Federal de Rondônia através da Lei n.º 11.534, de 25/10/2007, com unidades em Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná e Vilhena;
- ✓ 2008: criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), através da Lei n.º 11.892, de 29/12/2008, que integrou em uma única instituição a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste.
- ✓ 2011: início da primeira Pós-Graduação do Campus Porto Velho, esta sendo oferecida a comunidade utilizando a modalidade EAD.

O Instituto Federal de Rondônia está fazendo investimentos substanciais na ampliação de seus *Campi* e de sua rede. Para o início de 2012, a configuração é esta: uma Reitoria, seis *Campi* em funcionamento (Porto Velho - Calama, Ariquemes, Ji-Paraná, Vilhena, Colorado do Oeste, Cacoal) e mais dois *Campi* em fase de implantação (Porto Velho – Zona Norte e Guajará-Mirim).

2 APRESENTAÇÃO DO CURSO

2.1 DADOS GERAIS DO CURSO

Nome do curso: Especialização em Metodologia do Ensino na Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Modalidade: Presencial

Área de concentração: Educação

Habilitação: Especialista em Metodologia do Ensino na Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Carga Horária: 540 horas

Requisitos de Acesso/Forma de Ingresso: Ingresso regulado por edital de seleção.

Vagas por ingresso: 30 vagas, sendo 20 vagas para o público interno e 10 vagas abertas à comunidade.

Turno de Funcionamento: variável

Campus de oferta: Campus Porto Velho

Prazo para integralização do Curso: no mínimo 09 e no máximo 18 meses.

2.2 EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO

O projeto foi elaborado por uma Comissão da Pró-Reitoria de Ensino, composta pelos seguintes membros:

N.º	Nome	Titulação	CH	RT
1	Mércia Gomes Bessa Coelho	Mestra	40	DE
2	Michele Gomes Noé	Especialista	40	40h
3	Patrícia Vidigal Bendinelli	Especialista	40	40h
4	Sergio Francisco Loss Franzin	Mestrando	40	DE
5	Célio Alves Tibes Junior	Doutorando	40	DE
6	Silvana Francescon Wandroski	Mestra	40	40h

RT = Regime de Trabalho; DE = Dedicção Exclusiva

2.3 EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ADEQUAÇÃO DO PROJETO

O projeto foi adequado por uma Comissão do Campus Porto Velho Calama, composta pelos seguintes membros:

N.º	Nome	Titulação	CH	RT
1	Rafael Pitwak Machado Silva	Especialista	40	DE
2	Domingos Perpetuo Alves Soares	Mestrando	40	40h
3	Raimundo José dos Santos Filho	Especialista	40	DE
4	Sheylla Chediak	Mestre	40	DE
5	Rodrigo Moreira Martins	Mestre	40	40h

RT = Regime de Trabalho; DE = Dedicção Exclusiva

2.4 DADOS DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO CURSO

Nome:	Rafael Pitwak Machado Silva (Coordenador)				
End.:	Avenida Pinheiro Machado, 5466, Bairro Flodoaldo Pontes Pinto				
Cidade:	Porto Velho	UF:	RO	CEP:	
Fone:	(69) 3222-7172	Fax:		Cel.:	(69) 9224-8636
E-mail:	rafael.pitwak@ifro.edu.br				

Nome:	Domingos Perpetuo Alves Soares				
End.:	Rua Roberto Souza, 2553 - Embratel				
Cidade:	Porto Velho	UF:	RO	CEP:	76.820-772
Fone:		Fax:		Cel.:	(69) 9281-6643
e-Mail:	Domingos.soares@ifro.edu.br				

Nome:	Raimundo José dos Santos Filho				
End.:	Rua Vitória do Palmar, 6904, Bairro Aeroclube – Conjunto Rio Candeias				
Cidade:	Porto Velho	UF:	RO	CEP:	76.811-072
Fone:	(069) 3227-6963	Fax:		Cel.:	(69) 9245-9749
E-mail:	raimundo.santos@ifro.edu.br				

Nome:	Sheylla Chediak				
End.:	Rua da Cassiterita, 4368 - Aponiã				
Cidade:	Porto Velho	UF:	RO	CEP:	76.820-780
Fone:		Fax:		Cel.:	(69) 8471-1253
E-mail:	sheylla.chediak@ifro.edu.br				

Nome:	Rodrigo Moreira Martins				
End.:	Rua Senador Alvaro Maia, 1327				
Cidade:	Porto Velho	UF:	RO	CEP:	76.
Fone:		Fax:		Cel.:	(69) 99211-4088
E-mail:	@ifro.edu.br				

2.5 JUSTIFICATIVA

O Instituto Federal de Rondônia, por meio do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2009), assumiu como responsabilidade social promover educação científica, tecnológica e humanística com vistas à formação plena do profissional. Este deverá ser “[...] competente técnica e eticamente e comprometido com as transformações sociais, políticas e culturais, em condições de atuar no mundo do trabalho, na perspectiva da edificação de uma sociedade mais justa e igualitária” (p. 40). A confirmação dessa responsabilidade se dará por meio da oferta da “[...] formação inicial e continuada de trabalhadores; da educação profissional técnica de nível médio; da educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação; e da formação de professores fundamentais na construção, reconstrução e transmissão do conhecimento” (p. 40).

De acordo com a Política de Capacitação dos Servidores do IFRO, a Pró-Reitoria de Ensino desenvolveu um Programa de Formação Continuada que objetiva o aprimoramento do desempenho profissional do servidor, com vistas à melhoria da prestação dos serviços. Posteriormente, a comissão designada pela portaria n.º 163 de 21 de Dezembro de 2011, reorganizou o programa para a modalidade presencial, considerando a realidade local.

O desenvolvimento e ampliação de competências, fundamental em qualquer área e a todos os trabalhadores, consiste numa necessidade imperiosa dentro dos Institutos Federais, por contratarem profissionais não licenciados para atuar em áreas técnicas. A formação em licenciatura não é comum para diversos campos do saber, de modo que as instituições se veem obrigadas a recrutar servidores que possuem apenas bacharelados ou cursos superiores de tecnologia. Persiste, pois, o dilema da escassez de licenciados no campo educacional. Embora as disciplinas eminentemente técnicas admitam o ingresso de não licenciados para o exercício do magistério, a formação pedagógica mantém-se requerida ideologicamente, considerando-se a necessidade de conhecimentos relativos à formação geral de todo professor. O aporte didático e o enfoque pedagógico são fundamentais para uma prática docente mais adequada.

A própria natureza do Instituto Federal de Rondônia (focado na formação profissional, científica e tecnológica) antecipa a perspectiva da existência de muitos profissionais sem licenciatura, dadas as áreas de formação abrangidas, envolvendo campos do saber que não são contemplados por licenciatura. É o caso de informática, edificações, eletromecânica, agropecuária e diverso.

Em um levantamento realizado pela comissão em janeiro de 2012, constatou-se que 32% dos servidores lotados no *Campus* Porto Velho não possuem licenciatura ou especialização *Lato Sensu*.

O atual quadro de docentes é composto por profissionais de diferentes áreas e níveis de formação, com qualificação profissional específica, porém carentes de maiores embasamentos didático-pedagógicos que os subsidiem no trabalho educativo. Para que o ato docente aconteça de forma mais adequada, são necessárias, além dos conhecimentos próprios da área específica de formação e atuação, habilidades específicas que ajudem os profissionais a estabelecer uma relação entre a sua área de formação e as teorias de ensino e aprendizagem que embasam os processos didáticos.

Não se pode negar, em compensação, o grande benefício que esses profissionais trazem para os cursos, pois enriquecem o conhecimento dos seus alunos valendo-se de suas vivências práticas no mundo e mercado de trabalho. Além disso, possuem uma formação altamente especializada no campo profissional em que os cursos se localizam e experiências prévias, como alunos, que lhes permitem criar expectativas em relação aos paradigmas que irão construir enquanto professores, para a superação de experiências negativas ou a potencialização das positivas. Ou seja, a ausência da licenciatura não invalida a formação do não licenciado; a licenciatura ou uma formação equivalente é requerida como complementaridade e não substituição. Aliás, é justamente a associação dessas duas formações (específica e pedagógica) que permitirá ao professor o enriquecimento de uma prática altamente adequada à qualidade da formação nas disciplinas profissionalizantes. Conforme Pimenta e Anastasiou (2002, p. 71),

nos processos de formação de professores, é preciso considerar a importância dos *saberes das áreas de conhecimento* (ninguém ensina o que não sabe), dos *saberes pedagógicos* (pois o ensinar é uma prática educativa que tem diferentes e diversas direções de sentido na formação do humano), dos *saberes didáticos* (que tratam da articulação da teoria da Educação e da teoria de ensino para ensinar nas situações contextualizadas), dos *saberes da experiência* do sujeito professor (que dizem do modo como nos apropriamos do ser professor em nossa vida). Esses saberes se dirigem às situações de ensinar e com elas dialogam, revendo-se, redirecionando-se, ampliando-se e criando.

Os professores necessitam, além da formação que os qualifique melhor para a docência, de resultados que lhes garantam a progressão em carreira e atendam ao princípio da verticalidade estabelecido pelo IFRO. A Especialização *lato sensu* aqui proposta, além de atender às necessidades de formação pedagógica, propiciará aos cursistas uma titulação que

irá enriquecer seu currículo. Irá viabilizar no Campus a oferta de cursos em que suas disciplinas requerem formação em nível de pós-graduação. É o caso dos cursos superiores principalmente, que, segundo a LDB 9.394/96, art. 66, exige dos professores a formação em nível de pós-graduação, a partir da especialização.

O curso contribuirá para o cumprimento das políticas de capacitação assumidas pelo Instituto e previstas no Decreto 5.707/2006, cujas diretrizes nacionais apontam incentivos, garantias e oferta de oportunidades de qualificação e requalificação aos servidores, conforme o artigo 3.º, especialmente em seus incisos I a IX.

O Instituto Federal de Rondônia é uma instituição que possui autonomia para a criação de seus cursos e pode instituir cursos regulares de formação, inclusive para titulares de diplomas de educação superior, por meio de cursos de especialização *lato* e *stricto sensu*. A associação de suas responsabilidades e competências estabelece a importância do investimento na formação de profissionais e viabiliza a abertura da Especialização aqui proposta, cerca de 32% dos servidores da *Campus* necessitam de formação pedagógica, além de que, grande parte destes, não possuem experiência com a Educação Profissional, Científica e Tecnológica, de modo que a Especialização é estratégica.

Existem servidores com formação e experiência suficiente no próprio quadro do IFRO para oferecer as disciplinas correspondentes ao curso, com as titulações exigidas pela CAPES.

2.6 OBJETIVOS

2.6.1 Objetivo geral

Preparar professores do Instituto Federal de Rondônia *Campus* Porto Velho Calama e a comunidade, em nível de pós-graduação *lato sensu* para atuarem na promoção de uma educação profissional de excelência, através das esferas da docência, pesquisa, extensão e gestão.

2.6.2 Objetivos específicos

- a) Oferecer formação pedagógica aos professores não licenciados da instituição e da comunidade, com foco na Educação Profissional, Científica e Tecnológica;

- b) Aprimorar a formação docente no que se refere às metodologias do ensino e aprendizagem da Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- c) Cumprir políticas de aperfeiçoamento profissional estabelecidas pelo IFRO, alinhadas com uma educação de excelência;
- d) Ampliar o quadro de pós-graduados na Instituição, com vistas à consecução das finalidades próprias do IFRO.

2.7 PERFIL DO EGRESSO

O profissional será formado prioritariamente para atuação nas disciplinas específicas da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com exercício de docência, cujo contexto se associa com a pesquisa e a extensão. O profissional será capacitado segundo uma concepção de escolaridade verticalizada, que consiste num atendimento pedagógico que alimente a evolução dos níveis de formação dos alunos em sua carreira acadêmica. Nesse sentido, o profissional especializado, ao atender um aluno nos cursos técnicos de nível médio, por exemplo, deverá, além de trabalhar os conteúdos próprios de sua disciplina, prepará-lo para o prosseguimento dos estudos nos níveis subsequentes.

Especificamente, o egresso será capaz de: reconhecer e reformular suas práticas pedagógicas dentro das políticas da educação profissional, científica e tecnológica; elaborar planejamentos de ensino com base nos projetos institucionais e nos projetos pedagógicos de curso; conduzir sua prática docente com base na psicologia da aprendizagem do adolescente e do adulto; associar as concepções de currículo ao contexto da EPCT; desenvolver a docência a partir das modernas teorias que tratam da construção crítica do conhecimento; realizar avaliação formativa do ensino e da aprendizagem; aplicar metodologias adequadas à modalidade de ensino em que estiver autorizado a atuar, no âmbito dos cursos técnicos de nível médio e dos cursos de graduação (incluindo-se engenharias e cursos superiores de tecnologia); aplicar com eficácia os recursos midiáticos de ensino e aprendizagem; produzir e editar objetos de ensino e aprendizagem destinados à EPCT; promover a educação inclusiva por meio de ações facilitadoras e potencializadoras da aprendizagem; preparar-se para o exercício profissional de forma ética e coerente com os pressupostos da instituição em que atuar.

Não se inclui neste perfil a preparação para atuar nas disciplinas da Base Nacional Comum do Ensino Médio, visto que se trata de áreas que exigem a formação em licenciatura.

3 CONCEPÇÃO CURRICULAR

3.1 METODOLOGIA E RECURSOS DIDÁTICOS

3.1.1 Concepção de educação e currículo

Os cursos do Instituto Federal de Rondônia são programados segundo o princípio de uma educação construtivista. Deverão proporcionar, portanto, experiências de formação com foco prioritário nos interesses e necessidades do cursista, que não raro se associam com os interesses e necessidades da instituição. Portanto, a formação deverá se processar por meio de procedimentos metodológicos que garantam uma formação de qualidade. Na Especialização proposta, os procedimentos deverão ser exemplares ao cursista, visto que deles deverá se apropriar para sua prática pedagógica presente e futura.

As disciplinas serão aplicadas sob os princípios da inter e transdisciplinaridade, da transversalidade, da integração e de uma projeção verticalizante. Os dois primeiros princípios são inerentes a qualquer processo educativo e correspondem à necessidade de uma formação global, aberta, em que os objetos de aprendizagem se inter-relacionam para o desenvolvimento pleno dos sujeitos e processos. Uma disciplina não se fecha em seu núcleo nem se sustenta apenas por si mesma. Ela toma para si objetos e procedimentos que, em associação, ampliam os horizontes de realização. A transversalidade aparece no processo como uma estratégia de relacionar especialmente os elementos da vida cidadã com os da vida profissional. Saúde, comportamento, ética, mundo do trabalho são alguns dos temas que emergem como sugestão para uma inserção nas mais diversas áreas disciplinares.

A integração, em EPCT, consiste numa forma de superação da dicotomia entre formação geral e formação profissional específica, ao mesmo tempo que se consolida como uma vantajosa forma de preparação de cursistas. É preciso desenvolver um curso em que ensino médio e ensino profissionalizante sejam vistos como duas instâncias interdependentes, que atravessam uma à outra constantemente, no sentido de buscar a unidade dentro da diversidade. Nesse propósito, o curso criará situações de ensino e aprendizagem para a apreensão e o uso consciente do conceito de integração, conforme a área de formação e atuação de cada um e toda a matriz curricular dos cursos contemplados. Em EPCT, associam-se a formação cidadã e a formação para o mundo do trabalho de uma forma extremamente

relevante. A Especialização deverá promover ações práticas para a identificação e exercício dessa inter-relação de dimensões constituidoras da corporeidade dos cursistas.

Para preparar no sentido da verticalização, as experiências de estudos teóricos e práticos envolverão situações variadas, que contemplem as condições de avanço dos alunos, em sua área de formação, desde o ensino médio até o de pós-graduação. É preciso preparar professores que saibam orientar os seus alunos para um percurso de prazo mais longo, que não se limite à conquista da profissionalização mínima; exigem-se estudos que extrapolem o básico e prevejam o avanço em carreira. A preparação para os investimentos nas orientações de pesquisa e extensão, no contexto, são oportunidades inadiáveis para a manutenção do interesse e a sequenciação acadêmica.

3.1.2 Recursos didáticos

A educação contemporânea exige o reconhecimento, domínio e aperfeiçoamento dos recursos pedagógicos, muitos dos quais são mídias e hipermídias já consolidadas nas práticas comuns. O curso deverá trabalhar com esses recursos, mas não como instrumentos únicos para os processos de ensino e aprendizagem. Podem ser citados os computadores em rede, aparelhos de datashow, TVs, aparelhos de som, instrumentos de observatórios e laboratórios específicos, os livros atualizados ou revisados de autores especializados, dentre tantos outros. Os cursistas serão preparados para o uso desses recursos, a fim de que os instrumentos se confirmem de fato como midiáticos e mediadores.

3.1.3 Relação entre teoria e prática

O aprender a fazer é uma das concepções fundamentais do curso. A prática será trabalhada em associação com a teoria, de modo que muitas oficinas são previstas para as disciplinas, incluindo planejamentos de ensino, criação, formatação e reformulação de instrumentos pedagógicos, como apostilas, exercícios, fichas de acompanhamento, dentre outros; e realização do exercício docente adequado às instruções oferecidas pelo curso.

O projeto prevê oficinas para a construção de instrumentos pedagógicos e experimentação prática de questões relativas aos eixos de conteúdos, no sentido de se trabalharem conflitos, relações interativas, transversalidades, interações e intervenções

pedagógicas. Os planos de ensino dos professores evidenciarão as atividades práticas a se realizarem por disciplina.

3.1.4 Forma de oferta

A oferta do curso se dará na modalidade presencial no *Campus* Porto Velho Calama.

3.1.5 Matriz curricular

A Especialização em Metodologia do Ensino na Educação Profissional, Científica e Tecnológica, integrada ao Programa de Formação Pedagógica da Pró-Reitoria de Ensino, possui um currículo que se organiza em três núcleos, inspirado no artigo 3.º da Resolução 2/1997 do Conselho Nacional da Educação, que trata da formação pedagógica para não licenciados:

a) NÚCLEO CONTEXTUAL, visando à compreensão do processo de ensino-aprendizagem referido à prática de escola, considerando tanto as relações que se passam no seu interior, com seus participantes, quanto as suas relações, como instituição, com o contexto imediato e o contexto geral onde está inserida.

b) NÚCLEO ESTRUTURAL, abordando conteúdos curriculares, sua organização sequencial, avaliação e integração com outras disciplinas, os métodos adequados ao desenvolvimento do conhecimento em pauta, bem como sua adequação ao processo de ensino-aprendizagem.

c) NÚCLEO INTEGRADOR, centrado nos problemas concretos enfrentados pelos alunos na prática de ensino, com vistas ao planejamento e reorganização do trabalho escolar, discutidos a partir de diferentes perspectivas teóricas, por meio de projetos multidisciplinares, com a participação articulada dos professores das várias disciplinas do curso.

Esses três núcleos, articulados, supõem uma formação que trata a educação como uma atividade vinculada à vida social e ao histórico de sua própria condição de realização. Ou seja, permitem que a educação seja compreendida conforme os eventos já ocorridos, as normativas de regulação, os processos em desenvolvimento e as preparações profissionais necessárias aos desafios impostos.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM METODOLOGIA DO ENSINO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA Resolução nº 25/2012 do Conselho Superior do IFRO				
Conforme: LDB 9.394/1996 (artigos 39, 44, 66); Res. CNE 1/2007; Res. CNE 2/1997 (?)				
Núcleos	Disciplinas	Carga Horária (Hora-Aula de 60 Minutos)		
		Teórica	Prática	Total
Núcleo Contextual	Políticas da Educação Profissional, Científica e Tecnológica	20	0	20
	Psicologia da Aprendizagem	20	0	20
	Metodologia Científica	20	0	20
	Subtotal	60	0	60
Núcleo Estrutural	Currículo e Educação Profissional	20	0	20
	Didática e Planejamento de Ensino	20	0	20
	Avaliação do Ensino e da Aprendizagem	20	0	20
	Metodologia do Ensino Técnico de Nível Médio	20	0	20
	Metodologia do Ensino Tecnológico de Graduação	20	0	20
	Recursos Midiáticos Aplicados à Educação	20	0	20
	Prática de Ensino I		120	120
	Prática de Ensino II		120	120
	Subtotal	120	240	390
Núcleo Integrador	LIBRAS	20	0	20
	Noções de Ética e Relações Interpessoais	20	0	20
	Trabalho de Conclusão de Curso	20	60	20
	Subtotal	60	60	60
	TOTAL	240	300	540

3.1.6 Avaliação

a) Concepções

A avaliação ocorrerá em suas três modalidades: diagnóstica, formativa e somativa. Os procedimentos de diagnóstico começaram na idealização deste projeto, com o levantamento do perfil profissional dos docentes e as condições de viabilidade do curso. Deverá permanecer ao longo de todo o curso, como forma de identificação de indicadores que subsidiem interferências para a melhoria dos processos ou suas alterações. A isso corresponde a concepção de avaliação formativa, dentro da perspectiva de uma prática que requer a reflexão como reguladora da ação. A dimensão formativa da avaliação perpassa todas as disciplinas, atividades, eixos de estudo e sistemas de gestão, além de envolver todos os sujeitos do processo. Ela consiste numa prática construtivista que identifica e reorienta os processos. Sua

dimensão envolverá a apuração de resultados de notas e frequências dos alunos e dos indicadores relativos a todo o curso.

Essa concepção formativa de avaliação leva a uma busca permanente da superação de resultados, por meio de interferências contínuas e transformadoras. Nessa concepção, todos os sujeitos envolvidos são avaliadores, mas sem perder de vista a especificidade e especialidade do IFRO no processo.

Além das avaliações rotineiras e regulares no âmbito das disciplinas, são previstas avaliações institucionais, das quais os alunos devem participar, no sentido de se avaliarem: este projeto de curso; os recursos empregados; as formas de atendimento (tutorias, contatos, coordenação, gestão organizacional); os resultados alcançados em face das condições ofertadas; o desenvolvimento do processo em face do perfil dos cursistas e dos objetivos educacionais traçados neste projeto.

b) Avaliação do aluno por disciplina

Para ser promovido diretamente em cada disciplina, atividade complementar e trabalho de conclusão de curso, o aluno deverá atingir no mínimo 70 pontos, numa escala de 0 a 100 pontos, bem como 75% de frequência nos encontros presenciais. Caso o aluno não atinja a nota mínima estabelecida, será submetido a exame final.

As notas serão registradas sempre em números inteiros. Quando houver números fracionados, ocorrerá o arredondamento para menos (quando houver até 49 centésimos) ou mais (nos casos de 50 centésimos acima), em até um inteiro.

A média por disciplina (MD) consistirá na soma de notas (SN) de todas as avaliações do período dividida pelo número de avaliações aplicadas (NA): $MD = SN/NA$; ou

A média por disciplina (MD) consistirá na soma de notas (SN) de todas as avaliações previstas para o período: $MD = SN$.

O exame final consiste numa oportunidade de os professores e alunos reverem suas práticas e investirem novos esforços para a superação dos resultados. Envolve uma única

prova, escrita e em aula presencial, com abordagem dos conteúdos disciplinares selecionados pelo professor. Este deverá convocar o cursista com sete dias de antecedência para o exame, por meio de instrumento que indique:

- a) Timbre da instituição;
- b) Título do instrumento: CONVOCAÇÃO PARA EXAME FINAL;
- c) Nome do curso;
- d) Nome da disciplina;
- e) Data e hora do exame;
- f) Conteúdos a serem abordados;
- g) Lista nominal dos alunos convocados;
- h) Nome e assinatura do professor.

Após o exame, será apurada uma média final (MF). Ela é calculada pela soma do resultado da multiplicação da nota por disciplina (ND) por seis com o resultado da multiplicação do exame final (EF) por quatro, seguindo-se com a divisão da mesma soma por dez, conforme a seguinte fórmula:

$$MF = \frac{ND \times 6 + EF \times 4}{10}$$

Para ser considerado aprovado após exame final, o aluno deverá ter atingido no mínimo 60 pontos a partir dos resultados da fórmula acima.

c) Avaliação institucional

A Coordenação do Curso desenvolverá e aplicará instrumentos de avaliação inter-relacionados quanto ao curso, seus agentes, instituição e comunidade. Esses instrumentos devem indicar as condições de oferta do curso, sua aceitação e a oportunidade de sugestões para a melhoria do processo. Os resultados dessa avaliação serão sistematizados e usados como forma de reordenação daquilo que for necessário para o alcance dos objetivos estabelecidos e a garantia do perfil profissional previsto. Compete à Coordenação fazer as sugestões de mudança ou aperfeiçoamento e subsidiar os procedimentos afins no que lhe for possível.

Exige-se uma avaliação por disciplina, a ser aplicada pela Coordenação do Curso, como forma de diagnóstico das condições de oferta do curso. Ocorrerá após a avaliação presencial.

3.1.7 Aproveitamento de estudos

O aproveitamento consiste numa prática de reconhecimento e aceitação de estudos realizados pelo cursista em outra instituição de ensino e, para este caso, em nível de Especialização *lato sensu*. Ele poderá ocorrer em uma ou mais disciplinas, da seguinte forma:

- I- Parcial, quando os estudos realizados na instituição de origem não contemplarem integralmente os conteúdos e ao menos 75% da carga horária da disciplina envolvida, nesta Especialização;
- II- Total, quando os estudos relativos ao aproveitamento contemplarem toda a ementa e ao menos 75% da carga horária da disciplina correspondente nesta Especialização.

O aproveitamento ocorrerá somente em relação a conteúdos cursados há no máximo cinco anos da data de solicitação do benefício. Admitem-se desdobramentos, de modo que os estudos de uma disciplina sejam aproveitados em duas ou mais, bem como pode ocorrer o inverso. A análise de compatibilidades entre os estudos, para aproveitamento, será feita pela Coordenação do Curso. Todo o processo envolverá:

- I- Requerimento do aluno, em cujo instrumento deverá anexar, na forma de originais e cópia: documento comprobatório da conclusão dos estudos, válido legalmente, e ementa da disciplina relacionada ao processo, ambos com assinatura do dirigente da Instituição que os expediu;
- II- Emissão de parecer pela Coordenação do Curso, se o processo for indeferido, ou de atestado de aproveitamento, se deferido;
- III- Arquivamento da cópia dos documentos apresentados pelo interessado. Cada cópia legal deverá conter um carimbo de reconhecimento da Coordenação do Curso. Os documentos originais serão devolvidos ao interessado, exceto o requerimento, em qualquer caso.

Nesse processo de análise de compatibilidade, o Coordenador do Curso solicitará do professor titular das disciplinas envolvidas a recomendação ou não recomendação para o aproveitamento de estudos.

Nos casos de aproveitamento parcial, os beneficiários serão submetidos a complementação de estudos orientada por seu professor-tutor correspondente a cada caso. Outros critérios para aproveitamento de estudos poderão se definidos pela Coordenação do Curso, se necessário.

3.1.8 Certificação

Os alunos que cumprirem todas as disciplinas (incluindo-se as atividades obrigatórias e as complementares) e trabalho de conclusão de curso, dentro dos devidos prazos e com aprovação, receberão um certificado de Especialista em Metodologia do Ensino na Educação Profissional, Científica e Tecnológica, conforme os termos da Resolução 1/2007 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, especialmente em seu artigo 7.º.

3.2 PLANEJAMENTO DE ENSINO

3.2.1 Planos de disciplina

Os planos de disciplina são indicadores prévios para o planejamento completo dos professores em sua área disciplinar. Eles determinam os objetivos, conteúdos e referências imprescindíveis para a formação do cursista (em apêndice).

4 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

4.1 LINHAS DE PESQUISA

As linhas de pesquisa estabelecem um direcionamento para o trabalho do aluno e preveem um universo de investigação: a EPCT. É importante que o cursista, para o melhor preparo profissional, não apenas conheça os conceitos, históricos, paradigmas, tendências e procedimentos relativos à área educacional; deve ainda reconhecer e interferir no ambiente em que trabalha ou para o qual se prepara. Foram eleitas quatro linhas, cujos contextos orientarão as iniciativas de pesquisa dos cursistas.

1) Políticas públicas e gestão da EPCT

A Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em suas três dimensões, prevê um processo de formação que relaciona ensino, pesquisa e extensão. As políticas públicas de investimento têm se direcionado para a capacitação de profissionais, reestruturação da Rede

Federal de Educação Profissional e instrumentação tecnológica. É preciso investigar as formas como os investimentos estão sendo administrados, identificando projetos de aproveitamento dos recursos, formas de organização institucional, sistemas de parceria e outras estratégias de gestão, num contexto histórico em que se integre o regional e o local.

2) Formação docente, currículo e avaliação

A escola é um permanente e inadiável espaço de transformações diversas, que se referem tanto à formação de pessoas quanto aos arranjos de gestão e instrução para carreira. A formação docente compreende o desenvolvimento e aperfeiçoamento de competências e o desenvolvimento de concepções que não podem deixar de prever currículo e avaliação. Conforme as concepções adotadas, pode mudar o currículo e a avaliação. As formas de avaliação praticadas são, inclusive, excelentes indicadores de princípios educacionais, e os arranjos adotados, ao revelarem os currículos, revelam também o perfil dos agentes escolares. Um estudo de sujeitos, processos e da conjuntura plena da escola revela-se alvissareiro nestes tempos marcados por tantos paradoxos na educação.

3) Aprendizagem e mediação pedagógica

Ao longo de sua história, a educação foi demarcada por uma oscilação de focos: antes, no professor, como sujeito transmissor de conhecimentos; depois, no aluno, delegando-se a ele uma autonomia excedente. A mediação pedagógica consiste na intervenção de educadores para favorecer às condições de aprendizagem, oportunizando ou potencializando-as. Ensinar e aprender são ações que pressupõem interdependência, mas não indissociabilidade ou garantia de permanência da relação. O papel do educador continua fundamental para, pela mediação pedagógica de qualidade, favorecer à autonomia pelo aporte da interdependência. Tem-se como grande desafio verificar essa relação entre ensinar e aprender, refletir a respeito e construir conhecimentos sobre o ato pedagógico em prática nas escolas brasileiras, especialmente as de EPCT.

4) Educação, mídias e mediações culturais

Uma das grandes críticas feitas à escola corresponde à falta de capacidade dela em atender às necessidades sociais ou ao seu atraso em relação às transformações em andamento. As mídias, mais necessariamente as hipermídias, vêm criando revoluções, especialmente no início deste novo século. O seu uso gera produtos e processos que aceleram resultados e modificam os rumos da sociedade. Elas são produtos culturais e, ao mesmo tempo, alimentadoras de culturas. Favorecem às múltiplas linguagens. Ampliam os espaços para a criatividade ou, se mal utilizadas, simplesmente provocam a generalização, o plágio, os ajustes de conveniência. Nas escolas, devem favorecer à melhoria do ensino e aprendizagem, e não se converter em parafernália. Os instrumentos de EAD são ótimos exemplos para discussão, incluindo-se o uso da informática na educação. O limite, entretanto, não se estabelece. Entende-se como mediações culturais quaisquer processos de veiculação do pensamento, de geração de produtos e de aproveitamento desses produtos.

4.2 DESENVOLVIMENTO DO TCC

Cada aluno deverá desenvolver uma pesquisa e, a partir dela, produzir um artigo científico, como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A disciplina utilizada para sua orientação revisará as normas da metodologia científica trabalhadas na disciplina homônima e fará uma orientação específica quanto à elaboração de um projeto, aos procedimentos de pesquisa e à produção do artigo.

Todo aluno será orientado por um professor do curso e cada professor poderá orientar mais de um aluno, respeitando-se uma ordem equitativa de alunos por professor. Compete ao professor-tutor, sob orientação da Coordenação do Curso, selecionar os alunos que deseja orientar, conforme as especificidades de sua área de formação e as pesquisas que vem desenvolvendo.

O artigo (TCC) deverá ser concluído e aprovado dentro do prazo de integralização do curso, como um dos requisitos para certificação dos alunos. Exige-se a sua apresentação diante de uma banca examinadora composta por três membros pertencentes ao quadro de docência da Especialização, conforme as normas dos trabalhos de conclusão de curso do IFRO. Um dos membros da banca obrigatoriamente será o orientador do TCC. A defesa ocorrerá diante de um público a ser convidado pelo aluno, por seu orientador e, supletivamente, pela Coordenação do Curso e a Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação.

Caso o TCC não seja aprovado pela banca ou seja aprovado com ressalvas, o aluno terá nova oportunidade para reformulá-lo e fazer uma nova apresentação, em até três meses após a primeira defesa e dentro do prazo de integralização do curso.

Após a aprovação do TCC, a Coordenação do Curso, organizará o Seminário de Integração, que divulgará os resultados da pesquisa. Os trabalhos apresentados deverão ser encaminhados para publicação pelos alunos e seus respectivos orientadores. Preferentemente, os resultados serão publicados em anais do próprio Seminário ou em revista científica do IFRO, conforme as instruções, organização e deliberações da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Inovação.

5 PÚBLICO-ALVO

O curso tem como público-alvo prioritário os professores que atuam em todos os níveis de escolaridade oferecida pelo IFRO e que não possuem licenciatura em sua formação. Caso haja vagas remanescentes, elas poderão ser destinadas também aos docentes que já possuem licenciatura, em vista da especificidade do curso (focado na EPC), e aos técnicos administrativos educacionais com título de graduação.

O IFRO possui a natureza singular de oferecer cursos da Educação Básica, de Graduação e Pós-Graduação em diversas áreas de formação. Em se tratando de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, há diversas áreas que não são contempladas por cursos de licenciatura no Brasil. Assim, são admitidos bacharéis para o exercício da docência, como forma inevitável de formar profissionais conforme a diversidade de demandas. Em campos tecnológicos e de engenharia, a grande maioria das disciplinas é de áreas profissionalizantes específicas, e são exatamente os docentes dessa área que mais requerem a especialização proposta e programas de formação especial correlatos.

No início de 2011, havia 67 professores sem licenciatura em todo os *campi* do IFRO, correspondentes a 38% do quadro de docentes. Esses profissionais, em boa parte, sequer possuem experiência como educadores, especialmente da EPCT. Assim, torná-los prioritários como público-alvo do curso coloca-os na perspectiva de atender a uma necessidade urgente da instituição.

6 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

6.1 PROFESSORES

A equipe de professores se comporá de docentes com formação adequada para cada área disciplinar, com prevalência para os que já possuem mestrado, doutorado e/ou experiência com Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A prevalência de mestres e doutores na proporção de 50% atende aos requisitos mínimos de titulação exigidos pela Resolução 1/2007 da Câmara Superior do Conselho Nacional de Educação. Caso haja necessidade, serão recrutados também professores voluntários e professores de outras instituições, com remuneração, desde que o número correspondente a estes integrantes não ultrapasse 1/3 do quadro de docentes estabelecido para o curso.

O quadro a seguir apresenta os docentes já disponíveis ao curso:

Quadro 1: Lista nominal de professores-tutores

N.º	Nome	Disciplina em que irá atuar	Formação	CH	RT
1	Maria Rosimere Salviano de Moura	Psicologia da Aprendizagem	Especialista em Psicologia Escolar		
2	Maria Fabíola Santos	Currículo e Educação Profissional	Mestre em Filantropia		
3	Leticia Carvalho Piveta Fenot	Recursos Midiáticos Aplicados à Educação	Mestre em Ciência da Computação		
4	Mércia Gomes Bessa Coelho	Metodologia do Ensino Tecnológico de Graduação	Mestre em Engenharia da Produção		
5	Patrícia Vidigal Bendinelli	Prática de Ensino I Prática de Ensino II	Especialista em Gestão Educacional		
6	Rafaela Félix Mendonça	LIBRAS	Especialista em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS		
7	Rodrigo Moreira Martins	Noções de Ética e Relações Interpessoais	Mestre em Psicologia		
8	Sergio Francisco Loss	Metodologia do Ensino Técnico de Nível Médio	Mestre Letras		
9	Sérgio Nunes de Jesus	Metodologia Científica	Doutor em Letras		
10	Sheylla Chediak	Didática e Planejamento de Ensino	Mestre em Psicologia na linha de Psicologia Escolar e Processos Educativos		
11	Uberlando Tiburtino Leite	Políticas da Educação	Doutor Fitotecnica		

		Profissional, Científica e Tecnológica			
12	Professores do Curso	Trabalho de Conclusão de Curso			
13	Mércia Gomes Bessa Coelho	Avaliação do Ensino e da Aprendizagem	Especialista em Capacitação de Professores Mestre em Engenharia de Produção e Sistemas		

Observa-se no quadro que, dentre os 13 professores, 15% são doutores, 71% são mestres ou com mestrado em fase de conclusão; e 16% especialistas. Os requisitos de formação exigidos são cumpridos, portanto, para o curso.

6.1.1 Índices de qualificação dos professores

A qualificação dos professores corresponde à titulação que possuem, cujas proporções são expressas no quadro a seguir.

Quadro 2: Titulação (maior) proporcional dos professores-tutores

Titulação	Qtde.	% do total
Especialização	4	31%
Mestrado	7	53%
Doutorado	2	16%
Total	13	

7 ÓRGÃOS DE ACOMPANHAMENTO E DE NATUREZA ACADÊMICA

7.1 COORDENAÇÃO DO CURSO

Compete a Comissão Coordenadora do Curso, realizar atividades de acompanhamento, avaliação e instrução, assim especificadas:

a) Coordenador do curso

- Acompanhar os processos de ensino e aprendizagem, no que se refere ao cumprimento dos objetivos e ementas do curso;

- Promover a matrícula dos aprovados ao curso;
- Atender aos cursistas e professores sempre que for procurado, com presteza e esclarecimento;
- Avaliar, de forma regular, as formas de atendimento oferecidas, e de forma conclusiva os resultados que forem alcançados no curso, incluindo-se a aferição de indicadores de ensino e aprendizagem;
- Estabelecer diálogos sobre pesquisa e extensão com as Diretorias relacionadas, para viabilizar a realização de estudos e eventos que dependam de suas deliberações ou que possam contar com a contribuição destas.

Todos os membros possuem o papel de avaliar continuamente este projeto de curso e suas condições de aplicação, podendo propor modificações no âmbito da Coordenação do Curso. As propostas de modificação devem ser aprovadas pelo DEPESP. Qualquer proposta que implique em alteração da matriz, público-alvo, modalidade e outras características basilares do projeto deverão ser aprovadas pelo Conselho Superior para serem validadas, conforme instruções do Regulamento de Pós-Graduação.

7.2 COLEGIADO

O Colegiado do Curso de Especialização em Metodologia do Ensino na Educação Profissional, Científica e Tecnológica é composto pelo coordenador do curso (como presidente), professores e um aluno representante de cada turma em formação, eleito por seus pares. Quando houver o impedimento de participação do coordenador nas reuniões do Colegiado, seu substituto será o vice-coordenador ou, também no impedimento deste, um dos professores, indicado pelo coordenador.

O Colegiado deverá se reunir ordinariamente sempre que concluídos até 25% da carga horária do curso, por turma, após convocação do coordenador do curso. Extraordinariamente, as reuniões poderão ocorrer sempre que houver proposição do coordenador ou de maioria simples dos membros. Participarão das reuniões apenas aqueles convocados pelo coordenador, mas as reuniões não poderão ocorrer sem a maioria simples dos membros.

Todos os membros do Colegiado possuem direito a voto regular, salvo o coordenador ou o membro que estiver atuando como tal, que terá o direito a voto de desempate apenas.

Compete ao Colegiado:

- a) Analisar as condições de ensino e aprendizagem no curso e propor alternativas para a melhoria ou substituição de processos;
- b) Avaliar formativamente o rendimento e frequência dos alunos no curso, e propor medidas de intervenção da Coordenação do Curso ou dos Departamentos relacionados;
- c) Julgar casos excepcionais submetidos a sua apreciação e apresentar parecer conclusivo a respeito;
- d) Emitir parecer a respeito de questões encaminhadas por órgãos da Reitoria, pelos *campi* envolvidos e, excepcionalmente, os encaminhados por cursistas e membros da equipe multidisciplinar;
- e) Prestar esclarecimentos a respeito dos casos omissos neste projeto.

Compete ao DEPESP fazer as deliberações com base nos pareceres emitidos pelo Colegiado da Especialização.

8 SETORES DE APOIO E INFRAESTRUTURA

O curso irá usar os setores de apoio pedagógico e técnico-administrativo do *campus*, onde ficará instalada a Coordenação do Curso e o setor de matrícula dos cursistas (Coordenação de Registros Acadêmicos).

O curso disporá ainda da Diretoria de Ensino, Departamento de Extensão, Departamento de Pesquisa, Setor de Tecnologia da Informação, Biblioteca e Laboratórios de Informática, dentre outros. Esses setores serão articulados com a DEPESP, a fim de se garantir o atendimento adequado ao aluno, especialmente nos momentos de atividades presenciais, pesquisas e realização de TCC.

Os cursistas poderão usufruir de toda a infraestrutura física de que desfrutam os alunos de outros cursos regulares cursos, dentro dos limites de suas necessidades e possibilidades de atendimento do *campus*. É fundamental que o acesso aos laboratórios e acervos bibliográficos sejam garantidos pela Direção-Geral e Diretoria de Ensino do *campus*.

Durante os momentos em que o cursista da Especialização estiver autorizado a usufruir dos serviços dos setores de atendimento do *campus*, ele deverá atender às mesmas normas estabelecidas aos alunos dos cursos regulares, salvo se houver orientação diferenciada do diretor-geral ou diretor de ensino do *Campus* que o acompanha. Atendimento relativamente semelhante deve ser dado à equipe multidisciplinar do curso, especialmente

quanto à liberação de recursos de hipermídia para a realização de aulas presenciais, reuniões, instruções ou estudos.

8.1 SETORES DE APOIO DO CAMPUS

8.1.1 Diretoria de Ensino

Articula-se com a Direção-Geral e com os demais setores de manutenção e apoio ao ensino para o desenvolvimento das políticas institucionais de educação. Delibera a respeito de programas, projetos e atividades de rotina, conforme competências descritas no Regimento Interno do *Campus* e as instruções da Direção-Geral; organiza, executa e distribui tarefas referentes ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão.

a) Coordenação de apoio ao ensino

Desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino; presta apoio ou exerce atividade de orientação a professores e alunos, no que tange a elaboração, tramitação, organização, recebimento e expedição de documentos do ensino profissionalizante médio; controla materiais e recursos didáticos disponibilizados aos docentes e acadêmicos; com auxílio de uma equipe de pedagogos e técnico em assuntos educacionais, atua junto ao ensino técnico nas modalidades ofertadas, para prestar apoio pedagógico aos alunos e professores.

b) Coordenação de assistência ao educando

Desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino e à Coordenação de Apoio ao Ensino; presta informações a todos de direito no que se refere às notas obtidas nas etapas; oferece orientação a alunos quanto a aproveitamento, frequência, relações de interação e outros princípios voltados para o bom desenvolvimento dos estudos. Tem ainda como serviços específicos:

- **Serviço social:** prestará assistência ao aluno em relação aos aspectos sócio-econômicos, que envolvem: construção do perfil sócio-econômico dos que ingressam no IFRO; levantamento de necessidades; elaboração de planos de apoio

financeiro que envolvam, por exemplo, bolsa-trabalho e bolsa-monitoria; realização de outras atividades de atendimento favoráveis à permanência do aluno no curso e ao seu bem-estar;

- **Serviço de psicologia:** atenderá aos alunos em relação aos aspectos psicológicos, por meio de orientações, estudos de caso, diagnósticos e atendimentos de rotina.

c) Coordenação de registros acadêmicos

É um setor de registro, acompanhamento, informação e controle de notas, frequência e outros dados relativos à vida escolar do aluno, incluindo-se trâmites para expedição de diplomas.

d) Coordenação de biblioteca

Registra, organiza, cataloga, informa, distribui e recolhe livros e outras obras de leitura; interage com professores, alunos e demais agentes internos ou externos para o aproveitamento das obras da biblioteca no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

8.1.2 Departamento de Extensão

Orienta os agentes das comunidades interna e externa para o desenvolvimento de projetos de extensão, considerando a relevância dos projetos e a viabilidade financeira, pedagógica e instrumental do *Campus*; participa de atividades de divulgação e aplicação dos projetos, sempre que oportuno e necessário; oferece orientação vocacional aos alunos.

Por meio da Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade, cumpre as atividades de rotina relativas a estágio, desenvolve planos de intervenção para conquista do primeiro emprego, acompanhar egressos por meio de projetos de integração permanente, constrói banco de dados de formandos e egressos, faz as diligências para visitas técnicas, dentre outras funções.

Em geral, o Departamento de Extensão apoia a administração, a Diretoria de Ensino e cada membro das comunidades interna e externa no desenvolvimento de projetos que

favoreçam ao fomento do ensino e da aprendizagem. Usa como estratégias a projeção, a instrução, a logística, a intermediação e o *marketing*.

8.1.3 Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Atende às necessidades da Instituição também de forma articulatória, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino; responde pela necessidade de informação, organização e direcionamento das atividades afins, atentando-se para as novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos.

Por meio da Coordenação de Pesquisa e Inovação, trabalha com programas de fomento, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica — PIBIC Júnior e outros, e projetos específicos de desenvolvimento da pesquisa, no âmbito interno ou não, envolvendo apenas os alunos e professores como também a comunidade externa.

8.1.4 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais

Os alunos que se encontrarem com alguma desigualdade social que implique em uma dificuldade extraordinária para a sua permanência no curso poderão contar com o serviço de apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais — NAPNE. Dentre as principais atividades previstas, podem ser citados a oferta de instrumentos especiais para pessoas com deficiência física (órteses, próteses, equipamentos para a superação de baixa visão ou baixa audição), o desenvolvimento de ações para a superação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas, a criação e aplicação de estratégias para a garantia da educação inclusiva e a articulação com órgãos públicos, empresas privadas, grupos comunitários, organizações não governamentais e outros grupos ou pessoas que possam atuar em favor da inclusão. Esses benefícios, porém, serão oferecidos conforme a disponibilidade de recursos do polo de formação.

a) Laboratórios de informática

Os laboratórios de informática do *campus* serão disponibilizados aos professores para aulas e cursistas e equipe multidisciplinar nos horários estabelecidos. As navegações poderão ser feitas pelos cursistas em grupos ou individualmente.

b) Controle acadêmico

O controle acadêmico ocorrerá na Coordenação-Geral de Registros Acadêmicos do Campus, com apoio da Coordenação do Curso. Serão elaborados diários de classe e fichas individuais para controle dos processos, relativos a frequência, aproveitamento, certificação e outros serviços necessários. Compete à Coordenação-Geral de Registros Acadêmicos dispor os diários aos professores antes do início das disciplinas, e, à Coordenação do Curso, acompanhar os registros e aferição de resultados.

Os resultados finais serão enviados pelos professores à Coordenação do Curso, que, após conferência, encaminhará para a Coordenação-Geral de Registros Acadêmicos (se os registros constarem regulares) ou devolverá aos professores para possíveis correções ou complementações.

9 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

	Descrição	Unidade	Quantidade	V. Unit. (R\$)	Valor Total (R\$) Recurso Próprio		Fonte
					Sim	Não	
1	Data Show	UN	01	1.200,00	1.200,0		
2	Diárias	UN	20	267,00	5.340,00		
3	Passagens	UN	15	100,00	1.000,00		
4	TONNER SAMSUNG SCX-5637FR	UN	02	329,00	658,00		
5	Papel A4	RM	04	10,00	40,00		
6	PINCEL ATÔMICO, RECARREGÁVEL,COR PRETO	UN	15	2,00	30,00		
7	PINCEL ATÔMICO, RECARREGÁVEL,COR VERMELHA	UN	15	2,00	30,00		
8	PINCEL ATÔMICO, RECARREGÁVEL,COR AZUL	UN	15	2,00	30,00		
9	FOTOCÓPIAS	UN	600	0,10	60,00		
10	PRÓ-LABORE DE PROFESSOR	HS	20	30,00	600,00		
TOTAL					8.938,00		

10 CRONOGRAMA

Atividade/Referência	Quem faz	Data/Período
Apresentação do projeto à Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, para parecer e encaminhamento ao Colégio de Dirigentes	Comissão de Organização do Curso	Até 5/3/12
Avaliação do projeto e emissão de parecer da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	Até 15/3/12
Envio do projeto ao Consup	Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	Até 20/3/12
Preparação da infraestrutura para a Especialização	Comissão de Organização do Curso	Até 30/3/12
Divulgação do curso	Comissão de Organização do Curso	De 12/3 a 30/3/12
Seleção de cursistas	Comissão de Organização do Curso	2 a 5/4/12
Início do curso	Coordenador Curso	13/4/12
Finalização regular do curso		8/12/12
Término do prazo de integralização	—	8/09/13

11 EMBASAMENTO LEGAL

Os referenciais de embasamento legal mais importantes estão listados a seguir e representam uma garantia para a prática segura da formação escolar.

- a) Lei 10.973/2004: dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências;
- b) Lei n.11.892/08: cria os Institutos Federais;
- c) Lei n.9.394/96: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- d) Portaria n.º 328/2005: dispõe sobre o Cadastro de Pós-Graduação *Lato Sensu* e define as disposições para sua operacionalização;
- e) Regulamento da Educação a Distância no IFRO;
- f) Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação do IFRO;
- g) Resolução 1/2007: estabelece normas para cursos de especialização;
- h) Resolução Normativa n.º 13/2008: regulamenta a atribuição de direitos sobre criações intelectuais originadas a partir dos instrumentos de fomento — auxílios e bolsas — disponibilizados pelo CNPq e a participação nos ganhos econômicos decorrentes da exploração de patente ou direito de proteção, conferidos a estas criações;

- i) Tabela de classificação das áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES (disponível em <http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>);

Além destas, todas as demais normativas relativas à pós-graduação *lato sensu* devem ser consideradas e respeitadas para a realização do curso dimensionado neste projeto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei 9.394/1996**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 17 de fevereiro de 2011, às 12:05 h.

_____. **Lei 10.973/2004**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm>. Acesso em 17 de fevereiro de 2011, às 12:02 h.

_____. **Portaria 328/2005**. Disponível em <<http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/60>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2011, às 12:15 h.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução 1/2007**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf>. Acesso em 12 de fevereiro de 2011, às 17:00 h.

_____. **Referenciais de qualidade para educação a distância**. Brasília: MEC, agosto de 2007. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2011, às 12:22 h.

_____. Instituto Federal de Rondônia. **Regulamento dos cursos de pós-graduação do IFRO**. Porto Velho, 2011.

_____. Instituto Federal de Rondônia. **Regulamento da Educação a Distância no IFRO**. Porto Velho, 2011.

_____. **Portaria CNE 1/2007**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf>. Acesso em 17 de fevereiro de 2011, às 12:18 h.

_____. **Lei 11.892/2008**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em 17 de fevereiro de 2011, às 12:04 h.

_____. **Tabela de áreas de conhecimento**. Disponível em <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2011, às 12:21 h.

PIMENTA, Selma Garrido e ANASTASIOU, Léa das Graças. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

APÊNDICE: PLANOS DE DISCIPLINA

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	Especialização em Metodologia do Ensino na Educação Profissional, Científica e Tecnológica				
Disciplina	Políticas da Educação Profissional, Científica e Tecnológica				
CH Semanal	—	CH Total	20	Código	
Núcleo de Formação	Contextual			Período	
Objetivo geral					
Relacionar a evolução histórica das políticas públicas voltadas para a educação profissional, científica e tecnológica com as demandas do contexto social em que o IFRO está inserido.					
Objetivos específicos					
Identificar as principais políticas educacionais e tomá-las como suporte para a prática educativa; Definir os aspectos legais da profissão docente na educação profissional; Discutir a importância da consolidação do perfil profissional do docente no IFRO.					
Ementa					
Evolução das políticas e programas do ensino básico, técnico e tecnológico no Brasil. Linha histórica da formação de professores para a educação profissional. A criação e proposta dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os aspectos legais da profissão docente na educação básica e tecnológica. O perfil profissional do docente.					
Referências básicas					
BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: um novo modelo em educação profissional e tecnológica — concepção e diretrizes. Disponível em < http://www.ufpel.edu.br/cavg/noticias/arq/2_IF_Concepcao_e_Diretrizes.pdf >. Acesso em 13 de fevereiro de 2011, às 10:54 h.					
_____. Lei 10.172/2001: Plano Nacional de Educação — decênio 2001-2010. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm >. Acesso em 13 de fevereiro de 2011, às 11:03 h.					
_____. Lei 11.892/2008. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm >. Acesso em 13 de fevereiro de 2011, às 11:21 h.					
_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução 1/2008. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/rceb001_08.pdf >. Acesso em 13 de fevereiro de 2011, às 11:34 h.					
_____. Subchefia de Assuntos Parlamentares. Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2010. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/PL/2010/msg701-101215.htm >. Acesso em 13 de fevereiro de 2011, às 11:19 h.					
Referências complementares					
BRASIL. Presidência da República. Lei de diretrizes e bases da educação nacional n.º 9.394/96. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm >. Acesso em 13 de fevereiro de 2011, às 11:00.					
_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE 3/1998: diretrizes do Ensino Médio. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_98.pdf >. Acesso em 13 de fevereiro de 2011, às 11:50 h.					
_____. Resolução CNE/CP 3/1999: diretrizes curriculares nacionais gerais dos Cursos Superiores de Tecnologia. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf >. Acesso em 13 de fevereiro de					

2011, às 11:40 h.

_____. **Resolução CNE 4/1999:** diretrizes do ensino técnico de nível médio. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb04_99.pdf>. Acesso em 13 de fevereiro de 2011, às 11:53.

_____. **Resolução 1/2002:** diretrizes dos cursos de licenciatura. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP012002.pdf>>. Acesso em 13 de fevereiro de 2011, às 12:02 h.

_____. **Resolução 11/2002:** diretrizes das engenharias. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES112002.pdf>>. Acesso em 13 de fevereiro de 2011, às 12:03 h.

_____. **Resolução 1/2005:** atualização das diretrizes do ensino médio e da educação profissional técnica de nível médio. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb001_05.pdf>. Acesso em 13 de fevereiro de 2011, às 11:59 h.

_____. **Resolução CNE 4/2010:** diretrizes nacionais da educação básica. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=6704&Itemid=>>. Acesso em 13 de fevereiro de 2011, às 11:47 h.

MOLL, Jaqueline. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

PLANO DE DISCIPLINA						
Curso	Especialização em Metodologia do Ensino na Educação Profissional, Científica e Tecnológica					
Disciplina	Psicologia da Aprendizagem					
CH Semanal	—	CH Total	20	Código		
Núcleo de Formação	Contextual				Período	
Objetivo geral						
Discutir os conceitos da psicologia da aprendizagem conforme as faixas etárias dos alunos e as especificidades de formação.						
Objetivos específicos						
a) Debater as principais teorias do desenvolvimento das pessoas, conforme suas fases: infância, adolescência, fase adulta; b) Comparar os aspectos biológicos e psicológicos que contribuem para o processo de aprendizagem na adolescência e maturidade; c) Discutir sobre a relação professor-aluno nas diversas áreas do desenvolvimento.						
Ementa						
Psicologia e ciência. Psicologia da educação e seu papel na formação do professor; Interdependência entre os múltiplos fatores que interferem no processo de desenvolvimento na adolescência; Transformações físicas, cognitivas, sociais e afetivas da adolescência; Principais teorias do desenvolvimento adolescente e adulto; Visão histórica e social do sujeito psíquico na vida adulta; Abordagem interdisciplinar dos aspectos biológicos e psicológicos que contribuem para o processo de aprendizagem na adolescência e maturidade; Motivação para aprender na adolescência e maturidade; Relação professor-aluno nas diversas fases de desenvolvimento.						
Referências básicas						
BUROCHOVITCH, Evely e BZUNECK, José Aloyseo (Orgs.). Aprendizagem: processos psicológicos e o contexto social na escola. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004. CAMPOS, Dinah Martins de Souza. Psicologia da aprendizagem. Rio de Janeiro/RJ: Vozes, 2008. CARRARA, Kester (Org.). Introdução à psicologia da educação: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004. COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALÁCIOS, Jesús (Orgs.). Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação escolar. 2.ed., Porto Alegre: Artmed, 2004. VEIGA, Ilma Passos e AMARAL, Ana L. (Orgs.). Formação de professores: políticas e debates. Campinas/SP: Papiurs, 2002.						
Referências complementares						
BIAGGIO, Ângela M. B. Psicologia do desenvolvimento. 15.ed., Petrópolis/RJ: Vozes, 2001. FERRARI, A. Adolescência: segundo desafio. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996. GALLATIN, J. Adolescência e individualidade. São Paulo: Harbra, 1986. KANCYPER, L. Confrontação de gerações. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. MOREIRA, M. A. Teorias de aprendizagem. São Paulo: EPU, 1999.						

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	Especialização em Metodologia do Ensino na Educação Profissional, Científica e Tecnológica				
Disciplina	Metodologia Científica				
CH Semanal	—	CH Total	20	Código	
Núcleo de Formação	Contextual			Período	
Objetivo geral					
Reconhecer e aplicar procedimentos de pesquisa científica.					
Objetivos específicos					
a) Identificar e compreender normas de metodologia científica aplicadas à pesquisa; b) Elaborar projetos de pesquisa; c) Discutir e encaminhar pesquisas em educação.					
Ementa					
Ciência: teoria e prática. Raciocínio e lógica. Senso comum e conhecimento científico. Método científico. Dedução, indução, empirismo. Normas da metodologia científica. Projetos de pesquisa. Pesquisa em educação. Artigos científicos.					
Referências básicas					
FURASTÉ, P. A. Normas técnicas para o trabalho científico : Explicitação das normas da ABNT. 15 ed. Porto Alegre, 2010.					
GAIO, R. Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento . Petrópolis: Vozes, 2008..					
GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa . 4. ed. São Paulo: Atlas. 2009.					
MARCONI, M. A. Metodologia científica . 5 ed. São Paulo: Atlas, 2008.					
MEDEIROS, J. B. Redação científica : a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 10. ed. São Paulo: Atlas. 2008.					
WELLER, W. e PFAFF, N. Metodologias da pesquisa qualitativa em educação . Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.					
Referências complementares					
CERVO, A. L. Metodologia científica . 5. ed. São Paulo: Prentice Hall. 2002.					
CONSALTER, M. A. S. Elaboração de projetos : da introdução à conclusão. Curitiba: IBPEX, 2006.					
COSTA, M.A.F.; COSTA, M.F.B. Metodologia da pesquisa : conceitos e técnicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2009. 204p.					
DEMO, P. Educar pela pesquisa . 4 ed. Campinas: Autores Associados. 2000.					
PEREIRA, J.M. Manual de metodologia da pesquisa científica . São Paulo: Atlas, 2007. 151p.					
SEVERINO, A.J. Metodologia do trabalho científico . 22. ed. São Paulo: Cortez. 2002.					

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	Especialização em Metodologia do Ensino na Educação Profissional, Científica e Tecnológica				
Disciplina	Currículo e Educação Profissional				
CH Semanal	—	CH Total	20	Código	
Núcleo de Formação	Estrutural			Período	
Objetivo geral					
Discutir as concepções históricas sobre currículo no Brasil.					
Objetivos específicos					
a) Estabelecer a relação histórica entre a formação escolar e o mundo do trabalho; b) Analisar os indicadores de currículo no Projeto Pedagógico Institucional; c) Reconhecer os princípios balizadores de formação no IFRO, tendo em vista a formação de excelência; d) Elaborar e aplicar atividades inter e transdisciplinares vinculadas ao currículo da educação profissional técnica, com abordagens de ensino inovadoras e ativas.					
Ementa					
Concepções históricas, legais e sociológicas sobre currículos no Brasil. O Projeto Pedagógico Institucional e o currículo. As modalidades de currículo na EPCT e as noções de integração e verticalidade. As lógicas de formação, a interface entre <i>campi</i> e a identidade institucional no Instituto Federal de Rondônia. A EPCT e sua relação com o mundo e o mercado de trabalho. A aprendizagem significativa. A inter e transdisciplinaridade.					
Referências básicas					
ARROYO, M. G. As relações sociais na escola e a formação do trabalhador. In: Trabalho, formação e currículo : para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999. GOODSON, I. F. Currículo : teoria e história. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010. MOREIRA, A. F. (Org.). Currículo : políticas e práticas. Campinas/SP: Papirus, 1999. SACRISTAN, J. G. O currículo : uma reflexão sobre a prática. Tradução de Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2000. THOMA, A. da S. e KLEIN, M. Currículo & avaliação . Santa Cruz do Sul/RS: Edunisc, 2009.					
Referências complementares					
BRASIL. Presidência da República. Lei de diretrizes e bases da educação nacional n.º 9.394/96 . Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm >. Acesso em 13 de fevereiro de 2011, às 11:00. _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE 3/1998 : diretrizes do Ensino Médio. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_98.pdf >. Acesso em 13 de fevereiro de 2011, às 11:50 h. _____. Resolução CNE/CP 3/1999 : diretrizes curriculares nacionais gerais dos Cursos Superiores de Tecnologia. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf >. Acesso em 13 de fevereiro de 2011, às 11:40 h. _____. Resolução CNE 4/1999 : diretrizes do ensino técnico de nível médio. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb04_99.pdf >. Acesso em 13 de fevereiro de 2011, às 11:53. _____. Resolução 1/2002 : diretrizes dos cursos de licenciatura. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP012002.pdf >. Acesso em 13 de fevereiro de 2011, às 12:02 h.					

_____. **Resolução 11/2002:** diretrizes das engenharias. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES112002.pdf>>. Acesso em 13 de fevereiro de 2011, às 12:03 h.

_____. **Resolução 1/2005:** atualização das diretrizes do ensino médio e da educação profissional técnica de nível médio. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb001_05.pdf>. Acesso em 13 de fevereiro de 2011, às 11:59 h.

_____. **Resolução CNE 4/2010:** diretrizes nacionais da educação básica. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=6704&Itemid=>>. Acesso em 13 de fevereiro de 2011, às 11:47 h.

DAVIES, I. **O planejamento de currículo e seus objetivos**. São Paulo: Papirus, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 25.ed., São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MOLL, Jaqueline. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática. 3.ed., Porto Alegre: Artmed, 2000.

YOUNG, M. F. D. **Conhecimento de currículo**. Lisboa/Portugal: Porto Editora, 2010.

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	Especialização em Metodologia do Ensino na Educação Profissional, Científica e Tecnológica				
Disciplina	Didática e Planejamento de Ensino				
CH Semanal	—	CH Total	20	Código	
Núcleo de Formação	Estrutural			Período	
Objetivo geral					
Correlacionar os objetivos educacionais aos métodos de ensino e aos instrumentos avaliativos, tendo como referencial perfis de egressos.					
Objetivos específicos					
a) Instruir à adoção de didáticas que privilegiem a reflexão e o questionamento na construção de competências; b) Elaborar aulas baseadas em práticas pedagógicas que estimulem a compreensão, sistematização e construção de conhecimentos; c) Planejar disciplinas e aulas com base no perfil de egressos de cursos e com objetivos operacionais focados no aluno.					
Ementa					
Evolução histórica da didática. Inter-relação entre educação, didática e sociedade. Didática e formação de professores. Objeto da Didática: ensino em suas diferentes dimensões. Estudo das tendências da educação brasileira. Concepção de docência: princípios teórico-metodológicos. Metodologias ativas. Diferenciação entre competências e habilidades. A reflexão na prática docente. Planejamento na educação. Relação entre os componentes do processo didático: objetivos, conteúdos, métodos, recursos, avaliação, referenciais. Planejamento em relação com o perfil do egresso.					
Referências básicas					
AQUINO, Julio Groppa (Org.). Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997. CANDAU, Vera Maria (Org.). A didática em questão. 28.ed., Petrópolis/RJ: Vozes, 2008. MARQUES, M. O. A aprendizagem na mediação do aprendido e da docência. 3.ed., Ijuí: Unijuí, 2006. VASCONCELLOS, C. dos S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 6.ed., São Paulo: Libertad, 2006.					
Referências complementares					
LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5.ed., Goiânia: Alternativa, 2004. LÜCK, H. Metodologias de projetos: uma ferramenta de planejamento e gestão. Petrópolis/Vozes, 2003. PERRENOUD, P. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artmed, 000. SILVA, T. T. da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. VASCONCELLOS, C. dos S. Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança — por uma práxis transformadora. São Paulo: Libertad, 1998. VIGOTSKY, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2000.					

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	Especialização em Metodologia do Ensino na Educação Profissional, Científica e Tecnológica				
Disciplina	Avaliação do Ensino e da Aprendizagem				
CH Semanal	—	CH Total	20	Código	
Núcleo de Formação	Estrutural			Período	
Objetivo geral					
Relacionar as principais concepções de avaliação do ensino e da aprendizagem com suas implicações na construção de conhecimento e nas formas de condução de todo o processo educativo.					
Objetivos específicos					
a) Identificar, compreender e praticar as três modalidades de avaliação em relação ao ensino e à aprendizagem: diagnóstica, formativa e somativa; b) Discutir a avaliação formativa como um processo que inclui o diagnóstico e a intervenção nos processos educativos; c) Reconhecer, desenvolver e aplicar técnicas e instrumentos de avaliação.					
Ementa					
Conceito de avaliação no ensino e na aprendizagem. Diferentes enfoques de avaliação do ensino e da aprendizagem: diagnóstica, formativa e somativa. Os aspectos legais da avaliação no rendimento escolar. Técnicas e instrumentos de avaliação. Elaboração de itens para provas objetivas e subjetivas.					
Referências básicas					
HADJI, Charles. Avaliação desmistificada. Porto Alegre: Artmed, 2001. MORETTO, Vasco Pedro. Prova : um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. SILVA, Janssen Felipe. Avaliação na perspectiva formativa-reguladora . São Paulo: Mediação Pedagógica, 2004. SILVA, Marco Antonio da e SANTOS, Edmea. Avaliação da aprendizagem em educação online . São Paulo: Loyola, 2006. VASCONCELOS, Celso dos Santos. Avaliação da aprendizagem : práticas de mudança. São Paulo: Libertad, 2008.					
Referências complementares					
AFONSO, Almerindo J. Avaliação educacional : regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2000. DEMO, Pedro. Avaliação qualitativa . Campinas: Papirus, 1994. DIAS SOBRINHO, José. Avaliação da educação superior . Petrópolis: Vozes, 2000. ROMÃO, José. E. Avaliação dialógica : desafios e perspectivas. 2.ed., São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 1999. VASCONCELOS, Celso dos Santos. Superação da lógica classificatória e excludente da avaliação . São Paulo: Libertad, 1998. VIANNA, Heraldo M. Avaliação educacional e seus instrumentos : novos paradigmas. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1997.					

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	Especialização em Metodologia do Ensino na Educação Profissional, Científica e Tecnológica				
Disciplina	Metodologia do Ensino Técnico de Nível Médio				
CH Semanal	—	CH Total	20	Código	
Núcleo de Formação	Estrutural			Período	
Objetivo geral					
Traçar metodologias de ensino e aprendizagem conforme as modalidades da educação profissional técnica de nível médio.					
Objetivos específicos					
a) Debater a educação profissional técnica de nível médio conforme dois enfoques: da lógica de mercado e da formação global cidadã; b) Compreender os desafios e perspectivas da educação profissional conforme o perfil dos alunos; c) Praticar metodologias de ensino e aprendizagem adequadas a uma educação reflexiva, dialógica e construtivista; d) Promover, na prática pedagógica, a transdisciplinaridade, compreendendo suas vantagens para os cursos.					
Ementa					
Princípios e legislação da Educação profissional técnica de nível médio, nas modalidades integrado, subsequente e em EJA. Educação para o trabalho e a cidadania. Competências relacionadas às demandas do mundo do trabalho. Articulação entre educação de jovens e adultos e educação profissional: desafios e perspectivas. Material didático específico para educação profissional. As metodologias de ensino e aprendizagem em face das modalidades de curso, da natureza da formação profissional e das faixas etárias dos estudantes. A transdisciplinaridade como forma de integração curricular.					
Referências básicas					
BUENO, Maria Sylvia Simões. Políticas atuais para o Ensino Médio . Campinas: Papirus, 2000.					
CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade In.: FRIGOTTO, Gaudêncio et al. (orgs.) Ensino Médio integrado: concepções e contradições . São Paulo: Cortez, 2005. p. 83-105.					
FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico . Brasília: INEP, 2006.					
FRIGOTTO, G. Ensino Médio Integrado: concepção e contradições . São Paulo: Cortez, 2005.					
GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio. Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta . São Paulo: Cortez, 2006.					
LEAL, Leila. Educação profissional e ensino médio integrado no Brasil: um balanço das conquistas e reivindicações. In: Revista poli: saúde, educação, trabalho . Ano III, n.º 15. Disponível em < http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/EdicoesRevistaPoli/R17.pdf >. Acesso em 14/2/2011, às 17:17h.					
Referências complementares					
CHARLOT, B. Da relação com o saber . Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.					
CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade . São Paulo, Vozes, 2005.					
KOSIK, Karel. Dialética do concreto . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.					
OLIVEIRA, Ramon de. Agências multilaterais e a educação profissional brasileira . Campinas: Alínea, 2005.					

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.
SILVA, M. **Sala de aula interativa**. Rio de Janeiro: Cortez, 2000
FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria. **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: INEP, 2006.

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	Especialização em Metodologia do Ensino na Educação Profissional, Científica e Tecnológica				
Disciplina	Metodologia do Ensino Tecnológico na Graduação				
CH Semanal	—	CH Total	20	Código	
Núcleo de Formação	Estrutural			Período	
Objetivo geral					
Traçar metodologias de ensino e aprendizagem conforme as modalidades da educação no nível da graduação.					
Objetivos específicos					
a) Analisar as orientações curriculares e legislações relacionadas ao ensino no nível da graduação e utilizá-las na elaboração de práticas que desenvolvam competências necessárias a este segmento de ensino; b) Compreender o significado da profissão docente e os pressupostos filosóficos, epistemológicos e pedagógicos que a subsidiam; c) Desenvolver competências para o exercício da docência no Ensino Superior; d) Praticar metodologias de ensino e aprendizagem adequadas a cada modalidade de graduação oferecida no IFRO, conforme as áreas de atuação docente do cursista.					
Ementa					
A história da profissão docente do Ensino Superior no Brasil. Políticas públicas e suas repercussões na formação de profissionais para a educação no ensino superior. Formação do docente universitário. Fundamentos teórico-metodológicos do trabalho nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Dimensões do processo didático e a prática pedagógica. Tendências educacionais contemporâneas. A atuação docente nos cursos de Licenciatura, Engenharia e Cursos Superiores de Tecnologia.					
Referências básicas					
GIL, A. C. Metodologia do ensino superior . São Paulo: Atlas, 2005. MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento . 8.ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. MOURA, T. M. de M. Metodologia do ensino superior: saberes e fazeres da/para a prática docente . Maceió: Edufal, 2009. PIMENTA, S. G. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, S. G. (Org.): Saberes pedagógicos e atividade docente . São Paulo: Cortez, 1999. SCHON, D. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem . Artmed: Porto Alegre, 2000.					
Referências complementares					
MINAYO, M. C. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde . 3.ed., São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1995. MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro . Trad: Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2.ed., São Paulo: Cortez, 2000. PERRENOUD, P. Construir as competências desde a escola . Trad. Bruno Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.					

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	Especialização em Metodologia do Ensino na Educação Profissional, Científica e Tecnológica				
Disciplina	Recursos Midiáticos Aplicados à Educação				
CH Semanal	—	CH Total	20	Código	
Núcleo de Formação	Estrutural			Período	
Objetivo geral					
Reconhecer, construir e utilizar recursos midiáticos como instrumentos pedagógicos viabilizadores do ensino e da aprendizagem nas diversas modalidades de formação.					
Objetivos específicos					
a) Discutir o uso de recursos midiáticos na educação ao longo dos tempos, com foco nas novas tecnologias; b) Utilizar recursos midiáticos para elaborar atividades de planejamento de ensino e para aplicação do ensino e da aprendizagem; c) Discutir a respeito dos princípios éticos e a utilização dos recursos multimídias; d) Identificar, desenvolver e manipular recursos midiáticos aplicados à educação.					
Ementa					
Tecnologia e educação: histórico e perspectivas. As novas tecnologias em face das diretrizes e políticas de educação. Educação, mídias e mediações culturais. Recursos multimídias e suas diversas possibilidades como recursos educacionais. Os princípios éticos e a utilização dos recursos multimídias. Construção de blogs e outros ambientes de produção e leitura de textos verbais e não verbais. Comunicação <i>online</i> . Instrumentos de teleconferência. Instrumentos de tutoria a distância.					
Referências básicas					
BORTOLINI, Armando e SOUZA, Valdemarina B. Mediação tecnológica : construindo e inovando. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. COSTA, Cristina. Educação, imagem e mídias . São Paulo, Cortez: 2005. FERRETTI, Celso João (Org.). Novas tecnologias, trabalho e educação . Petrópolis: Vozes, 1994. MAGDALENA, Beatriz Corso. Internet em sala de aula : com a palavra, os professores. Porto Alegre, Artmed: 2003. SETTON, M. da G. J. Mídia e educação . São Paulo: Contexto, 2010.					
Referências complementares					
COSTA, Marisa Vorraber. A educação na cultura da mídia e do consumo . Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. FIGUEIREDO, Luciano R. História e Informática: o uso do computador. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Domínios da História : ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. NEGROPONTE, Nicholas. Reinventando a educação: qualificar de forma contínua as pessoas para os desafios e potencialidades da Sociedade Digital Global. In: NEVES, R. O novo mundo digital : você já está nele — oportunidades, ameaças e as mudanças que estamos vivendo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007. NEVES, Ricardo. Crônicas do século XXI: um choque para cair na real. In: NEVES, R. O novo mundo digital : você já está nele — oportunidades, ameaças e as mudanças que estamos vivendo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007. SANTOS, Gilberto Lacerda (Org.). Tecnologias na Educação e formação de Professores . Brasília: Plano, 2003.					

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	Especialização em Metodologia do Ensino na Educação Profissional, Científica e Tecnológica				
Disciplina	Noções de Ética e Relações Interpessoais				
CH Semanal	—	CH Total	20	Código	
Núcleo de Formação	Integrador				Período
Objetivo geral					
Embasar a prática educativa em valores de natureza ética para promover a formação e transformação dos alunos					
Objetivos específicos					
a)) Compreender moral e ética e desenvolver uma noção de comprometimento, responsabilidade e respeito nas inter-relações; b) Usar o código de ética profissional do IFRO para regular as condutas profissionais e demonstrar exemplos de sua aplicação, correlata à de outros códigos; c) Demonstrar como a ética e a dialógica permeiam as inter-relações de sala de aula e aplicá-las com conveniência; d) Discutir as inteligências interpessoal, intrapessoal e emocional, bem como desenvolver atividades para provocá-las e aperfeiçoá-las.					
Ementa					
Moral e Ética. Código de ética profissional do servidor federal. Visão sistêmica das inter-relações. Concepções sobre o processo inter-relacional em sala de aula e ambientes relacionados. Competência interpessoal: redes de conexões pessoais. Múltiplas inteligências. Administração de conflitos. A dialógica em sala de aula.					
Referências básicas					
BRASIL. Presidência da República. Decreto 1.171/1994 . Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm >. Acesso em 15 de fevereiro de 2011, às 10:56 h. CAETANO, A. P. e SILVA, M. de L. Ética profissional e formação de professores. In: Revista Sísifo . N.º 8, jan/abril de 2009. Disponível em < http://sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/S8_PTG_Caetano&Silva(4).pdf >. Acesso em 15 de fevereiro de 2011, às 10:42 h. SOUSA, A. B. R. Ética e cidadania na educação . São Paulo: Paulus, 2010.					
Referências complementares					
AMORIM NETO, R. do C. Ética e moral na educação . São Paulo: Wak, 2009. BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais . Brasília: MEC/SEF, 1997. FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão . Tradução de Raquel Ramalhete. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. MOSCOVICI, F. Desenvolvimento Interpessoal . 10.ed., Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2001. SOTO, E. Comportamento organizacional: o impacto das emoções . São Paulo: Pioneira Thompson, 2002. SUNG, Jung. Conversando sobre ética e sociedade . Rio de Janeiro: Vozes, 2003. VAZ, H.L. Escritos de Filosofia IV: introdução à ética filosófica. Petrópolis: Loyola, 2005. ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. São Paulo: Abril, 1975. (Os Pensadores)					

PLANO DE DISCIPLINA	
Curso	Especialização em Metodologia do Ensino na Educação Profissional,

	Científica e Tecnológica				
Disciplina	Trabalho de Conclusão de Curso				
CH Semanal	—	CH Total	20	Código	
Núcleo de Formação	Integrador			Período	
Objetivo geral					
Orientar à produção e publicação de artigos científicos a partir de pesquisas em educação.					
Objetivos específicos					
a) Compreender e aplicar os princípios relativos à pesquisa em educação, envolvendo temas atualizados, para uma contextualização da escola; b) Desenvolver artigo científico a partir de projeto de pesquisa orientado na disciplina de Metodologia Científica; c) Apresentar, defender e publicar artigo científico desenvolvido, com temática de educação.					
Ementa					
Pesquisa em educação. O artigo científico. Temas em evidência. Procedimentos de pesquisa. Sistematização de resultados. Seminário de apresentação e integração. Defesa de TCC. Veículos para publicação de artigos. Procedimentos para publicação.					
Referências básicas					
FURASTÉ, P. A. Normas técnicas para o trabalho científico: Explicitação das normas da ABNT. 15 ed. Porto Alegre, 2010.					
PINHEIRO, D.; GULLO, J. Trabalho de Conclusão de Curso: TCC. São Paulo: Atlas, 2009. 120p.					
PINHEIRO, J. M. dos S. Da iniciação científica ao TCC. São Paulo: Ciência Moderna, 2010.					
SOUZA, A.C.; FIALHO, F. A. P.; OTANI, N. TCC: métodos e técnicas. São Paulo: Visual Books, 2007.					
Referências complementares					
CONSALTER, M. A. S. Elaboração de projetos: da introdução à conclusão. Curitiba: IBPEX, 2006.					
COSTA, M. A. F.; COSTA, M. F. B. Metodologia da pesquisa: conceitos e técnicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2009.					
GAIO, R. Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2008.					
GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas. 2009.					
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2002.					

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	Especialização em Metodologia do Ensino na Educação Profissional, Científica e Tecnológica				
Disciplina	Prática de ensino I				
CH Semanal	—	CH Total	120	Código	
Núcleo de Formação	Integrador			Período	
Objetivo geral A partir do referencial teórico adquirido ao longo do curso, os alunos deverão identificar, analisar e interpretar formas de atuação do professor através do currículo, vivenciando as funções e responsabilidades inerentes ao seu papel de educador.					
Objetivos específicos Desenvolver competências para formação da pessoa humana tais como: saber identificar, avaliar e valorizar suas possibilidades, seus direitos, seus limites e suas necessidades; saber elaborar e conduzir projetos, desenvolver estratégias individualmente ou em grupo; saber analisar situações; saber cooperar, agir em sinergia, participar de uma atividade coletiva e partilhar liderança; saber gerenciar e superar conflitos; saber conviver com regras, servir-se delas e elaborá-las; saber respeitar diferenças; aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser(UNESCO).					
Ementa Observação das características gerais da escola campo de estágio; observação do trabalho docente na educação profissional. Reconhecimento dos ocupantes do espaço escolar tendo como fundamento os estudos da Antropologia, Filosofia, Psicologia e Sociologia. Entrevista com os atores da educação na escola (alunos, funcionários, professores, diretores e toda equipe pedagógica). Observação das relações professor-aluno, aluno-aluno, professor-professor, direção-pai, direção-professor, direção-aluno, direção-funcionários, alunos-funcionários, professoresfuncionários, pais-professores, pais-alunos. Observação das aulas, metodologias e recursos utilizados. Tipos de avaliação. Elaboração de relatório do exercício docente.					
Referências básicas MOURA, Manoel Oriosvaldo de <i>et al.</i> O estágio na formação compartilhada do professor: relatos de uma experiência. São Paulo: EDUSP, 1999. PIMENTA, Selma Garrido e LIMA, Maria Socorro L. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004.					
Referências complementares CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. <i>Formação de formadores para Educação Profissional: a experiência da CUT</i> ; 1998/1999. São Paulo: CUT, 2000. 193 p. CORDÃO, F. A. <i>A Educação Profissional no Brasil</i> . In: Ensino Médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas e panorama atual. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação - PUC/São Paulo (org.). Campinas; Autores Associados, 2005, p: 43-109. MACHADO, L.R.S., <i>Diferenciais inovadores na formação de professores para a Educação Profissional</i> . In: Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica/Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. v. 1, n. 1, (jun. 2008). Brasília: MEC, SETEC, 2008, p.8-22. MARTINS, A M., <i>A gestão de uma escola técnica: desafios pedagógicos</i> . In: Ensino Médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas e panorama atual. Programa de					

Estudos Pós-Graduados em Educação - PUC/São Paulo (org.). Campinas; Autores Associados, 2005, p: 111-135.

MOURA, D.H., *A formação de docentes para a Educação Profissional e Tecnológica*. In: Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. v. 1, n. 1, (jun. 2008). – Brasília: MEC, SETEC, 2008, p.23-38.

PLANO DE DISCIPLINA					
Curso	Especialização em Metodologia do Ensino na Educação Profissional, Científica e Tecnológica				
Disciplina	Prática de ensino II				
CH Semanal	—	CH Total	120	Código	
Núcleo de Formação	Integrador			Período	
Objetivo geral O aluno deverá ser capaz de organizar, planejar e ministrar aulas e elaborar relatório da sua prática de ensino.					
Objetivos específicos - Analisar, discutir e refletir sobre os significados e objetivos do ensino. - Analisar, discutir e avaliar estratégias de ensino. - Organizar, planejar e ministrar. - Elaborar relatório da prática de ensino nos moldes científicos.					
Ementa Regência de classe no ensino profissionalizante. Construção de intervenção em uma turma buscando unir a prática realizada em etapas anteriores com a reflexão teórica que apóie ações de qualidade no espaço escolar. Apresentação, discussão, debates, palestras, workshops, videoconferências, aulas magnas, de temas educacionais atuais que permitam, tanto uma ampliação e um aprofundamento sobre a Educação Profissional. Técnica e Tecnológica, como a percepção da relação das questões educacionais com as sociais, econômicas, políticas e culturais. Elaboração de relatório final referente às etapas do Estágio Supervisionado contemplando: avaliação da intervenção; avaliação do professor e auto-avaliação.					
Referências básicas MOURA, Manoel Oriosvaldo de <i>et al.</i> O estágio na formação compartilhada do professor: relatos de uma experiência. São Paulo: EDUSP, 1999. PIMENTA, Selma Garrido e LIMA, Maria Socorro L. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004.					
Referências complementares CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. <i>Formação de formadores para Educação Profissional: a experiência da CUT</i> ; 1998/1999. São Paulo: CUT, 2000. 193 p. CORDÃO, F. A. <i>A Educação Profissional no Brasil</i> . In: Ensino Médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas e panorama atual. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação - PUC/São Paulo (org.). Campinas; Autores Associados, 2005, p: 43-109. MACHADO, L.R.S., <i>Diferenciais inovadores na formação de professores para a Educação Profissional</i> . In: Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica/Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. v. 1, n. 1, (jun. 2008). Brasília: MEC, SETEC, 2008, p.8-22. MARTINS, A M., <i>A gestão de uma escola técnica: desafios pedagógicos</i> . In: Ensino Médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas e panorama atual. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação - PUC/ São Paulo (org.). Campinas; Autores Associados, 2005, p: 111-135. MOURA, D.H., <i>A formação de docentes para a Educação Profissional e Tecnológica</i> . In:					

Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. v. 1, n. 1, (jun. 2008). – Brasília: MEC, SETEC, 2008, p.23-38.

PLANO DE DISCIPLINA						
Curso	Espec em Metodologia do Ensino na Educação Profissional, Científica e Tecnológica					
Disciplina	Libras					
CH Semanal	—	CH Total	20	Código		
Núcleo de Formação	Integrador				Período	
Objetivo geral Conhecer a Cultura Surda e produção literária e aprender e utilizar as conversações em LIBRAS em contexto formal e informal;						
Objetivos específicos Realizar conversações através da língua de sinais brasileira com pessoas surdas. □□Introduzir os participantes no universo da Linguagem Brasileira de Sinais - Libras fazendo com que entendam o surdo, sua cultura e toda a potencialidade, que compreendam as diversidades e atuem na superação de preconceitos através da utilização da Libras proporcionando a interação surdo/ouvinte, solidificando a socialização. □□Aprofundar os conhecimentos no uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Desenvolver a expressão visuoespacial para facilitar a comunicação com a pessoa surda e identificar os principais aspectos lingüísticos e gramaticais da Libras.						
Ementa Os conceitos iniciais básicos sobre deficiência auditiva (surdez) e indivíduo surdo: identidade, cultura e educação. Direitos Humanos. O processo educacional: diretrizes nacionais que norteiam o ensino como fator de inclusão social. A educação de surdos no Brasil; cultura surda e a produção literária; emprego da LIBRAS em situações discursivas formais: vocabulário, morfologia, sintaxe e semântica; prática do uso da LIBRAS em situações discursivas mais formais.						
Referências básicas PIMENTA, N. e QUADROS, R. M. Curso de Libras II. (DVD) LSBVideo: Rio de Janeiro. 2009. SKLIAR, Carlos (org.). A surdez: Um olhar sobre a diferença. Porto Alegre: Mediação, 1998. STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.						
Referências complementares GONZÁLEZ, José Antônio Torres. <i>Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas</i> . Porto Alegre, ArtMed, 2002. SKLIAR, C. <i>Educação x exclusão: abordagem sócio antropológica em educação</i> . Porto Alegre Mediação, 1997 FARIA, Ana Lúcia G. <i>Educação pré-escolar e cultura: para uma pedagogia da educação infantil</i> . São Paulo, Cortez, 2003. FONSECA, V. <i>Dificuldades de aprendizagem</i> . São Paulo, Artes Medicas, 1995. TORRES, R. M. <i>Educação para todos: a tarefa por fazer</i> . Porto Alegre, Artes Médicas, 2000. CAPOVILLA, F.; RAPHAEL, Walkíria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais. Imprensa Oficial. São Paulo: 2001.						

Legislação Específica de Libras – MEC/SEESP – <http://portal.mec.gov.br/seesp>
SACKS, Oliver. Vendo Vozes. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
Dicionário virtual de apoio: <http://www.acessobrasil.org.br/libras/>
Dicionário virtual de apoio: <http://www.dicionariolibras.com.br/>

ANEXOS

ANEXO 1: CURRÍCULO DOS PROFESSORES

ANEXO 3: CURRÍCULO DA EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PROJETO

ANEXO 4: CURRÍCULO DA EQUIPE DE ADEQUAÇÃO DO PROJETO

ANEXO 5: INSTRUMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM METODOLOGIA DO ENSINO NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA**

TERMO DE COMPROMISSO DO PROFESSOR

Eu, _____, selecionad_ para a função de professor do Curso de Especialização em Metodologia do Ensino na Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a ser oferecido pelo IFRO Campus Porto Velho Calama, assumo o compromisso de planejar aulas, preparar material didático e ministrar aulas de forma presencial, com carga horária de _____ horas, na disciplina _____

Porto Velho ____, de _____ de _____

ASSINATURA DO PROFESSOR

ASSINATURA DO COORDENADOR DO CURSO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM METODOLOGIA DO ENSINO NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA**

TERMO DE COMPROMISSO DO CURSISTA

Eu, _____, cursista da Especialização em Metodologia do Ensino na Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a ser oferecida pelo IFRO, assumo o compromisso de elaborar e apresentar, de forma escrita e oral (com defesa diante de banca examinadora), um trabalho de conclusão de curso, conforme as exigências de prazo, normas de metodologia científica, originalidade, gênero textual definido, contribuição técnico-científica e social, padrões de qualidade estabelecidos no curso e instruções do professor orientador eleito.

Porto Velho ____, de _____ de _____

ASSINATURA DO CURSISTA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM METODOLOGIA DO ENSINO NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA**

TERMO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO DE TCC

Eu, _____, selecionad_ para a função de professor do Curso de Especialização em Metodologia do Ensino na Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a ser oferecido pelo IFRO Campus Porto Velho Calama, aceito orientar a realização do trabalho de conclusão de curso (e a respectiva pesquisa) dos cursistas abaixo relacionados:

Cursista	Título do Trabalho (TCC)

Porto Velho, ____ de _____ de 2011.

ASSINATURA DO PROFESSOR ORIENTADOR

ASSINATURA DO COORDENADOR DO CURSO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM METODOLOGIA DO ENSINO NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA**

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE ORIENTAÇÃO¹

Eu, _____, professor, declaro desistir da
orientação do Trabalho de Conclusão de Curso do cursista _____
_____, matriculado no Curso de Especialização em
Metodologia do Ensino na Educação Profissional, Científica e Tecnológica, desta Instituição.
Os motivos da desistência são os seguintes:

Porto Velho, ____ de _____ de 2011.

ASSINATURA DO PROFESSOR ORIENTADOR

¹ A desistência não poderá ocorrer após quatro meses de início da orientação. Havendo desistência, competirá à Coordenação do Curso recomendar e instituir outro orientador para o mesmo aluno, em tempo hábil.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM METODOLOGIA DO ENSINO NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA**

Prezado Senhor

Estamos convidando-o a participar de uma pesquisa vinculada ao Curso de Especialização em Metodologia do Ensino na Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Rondônia. Gostaríamos que participasse como sujeito colaborador, por sua livre vontade. Favor atentar-se aos seguintes esclarecimentos:

- 1) Título do projeto: _____
- 2) Pesquisador responsável: _____
- 3) Professor orientador: _____
- 4) Telefone para contato com a equipe da pesquisa: _____
- 5) Esclarecimentos sobre o projeto;
- 6) Benefícios da pesquisa e outras informações.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, RG/ CPF, concordo em participar do estudo _____, como _____ Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador _____ sobre a pesquisa e os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou multa.

ASSINATURA, POR EXTENSO, DO COLABORADOR

Testemunhas do esclarecimento e aceite (sem vínculo com a equipe):

Testemunha 1 — CPF ...	Testemunha 2 — CPF ...
------------------------	------------------------